

Os Portugueses no Sudeste Asiático (séculos XVI-XVII) – Revisitações historiográficas ou a persistência do “império informal”

Vitor Teixeira¹

Resumo: O presente artigo visa analisar criticamente a persistência da influência portuguesa em Timor e Solor após o colapso do Estado da Índia no Sudeste Asiático, no século XVII. Desafiando a narrativa tradicional de um declínio terminal após a perda de Malaca (1641), este estudo propõe o conceito de um “império por delegação”, ou “império informal”. Argumenta-se que a soberania portuguesa na região foi, de facto, delegada a uma potência local e criouliizada, os *Topasses* (“Portugueses Negros”), que operavam com base nos seus próprios interesses. Por meio de uma análise que integra o conceito de “império informal” de Leonard Y. Andaya com as perspetivas indigenistas de Hans Hägerdal, o artigo demonstra que a força destes agentes híbridos emanava da sua capacidade de manipular múltiplas fontes de legitimidade – a europeia e a local. A análise conclui que a influência dos *Topasses* foi não só o mecanismo de sobrevivência de Portugal na região, mas também a matriz que forjou a identidade cultural e política única de Timor-Leste, oferecendo uma visão mais descentralizada e matizada da natureza adaptativa do império português. Revisitaremos ainda o meritório trabalho de António Manuel Hespanha (2019), *Os Filhos da Terra*, como revisitação sintética da historiografia portuguesa sobre as identidades mestiças no império português, em especial no longínquo Sudeste Asiático.

Palavras-chave: Império Português; *Topasses*; Timor; História Luso-Asiática; Império Informal; Crioulização; Andaya; Hespanha.

Abstract: This article aims to critically analyze the persistence of Portuguese influence in Timor and Solor after the collapse of the State of India in Southeast Asia in the 17th century. Challenging the traditional narrative of a terminal decline after the loss of Malacca (1641), this study proposes the concept of an “empire by delegation,” or “informal empire.” It argues that Portuguese sovereignty in the region was, in fact, delegated to a local and creolized power, the *Topasses* (“Black Portuguese”), who operated based on their own interests. Through an analysis that integrates Leonard Y. Andaya’s concept of “informal empire” with Hans Hägerdal’s indigenist perspectives, the article demonstrates that the strength of these hybrid agents stemmed from their ability to manipulate multiple

sources of legitimacy – both European and local. The analysis concludes that the influence of the *Topasses* was not only Portugal's survival mechanism in the region, but also the matrix that forged the unique cultural and political identity of Timor-Leste, offering a more decentralized and nuanced view of the adaptive nature of the Portuguese empire. We will also revisit the meritorious work of António Manuel Hespanha (2019), *Os Filhos da Terra* (The Children of the Land), as a synthetic revisiting of Portuguese historiography on mixed-race identities in the Portuguese empire, especially in distant Southeast Asia.

Keywords: Portuguese Empire; *Topasses*; Timor; Luso-Asian History; Informal Empire; Creolization.

Parte I

1. A viragem historiográfica e a descoberta de novas dinâmicas

A compreensão da expansão portuguesa no Sudeste Asiático sofreu uma profunda transformação a partir da segunda metade do século XX. Como salientou Sanjay Subrahmanyam², a década de 1960 marcou um ponto de rutura, impulsionado não só pela valorização da região como polo autónomo da história moderna asiática, mas também pela exploração e revisitação de “novas” fontes e pela abertura de diferentes perspetivas.

A obra fundadora de Marie A. Meilink-Roelofs³, ao centrar a análise nos registos da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC, 1602-1800), demonstrou o valor de fontes até então marginais. Esta linha foi aprofundada pela escola de Leiden e pelo grupo de Denys Lombard⁴, que defendeu um cruzamento sistemático entre a documentação europeia (portuguesa, holandesa⁵, inglesa) e as fontes produzidas pelas sociedades asiáticas. Esta metodologia levou a uma conclusão fundamental: a expansão europeia, incluindo a portuguesa, não podia ser compreendida como um fenómeno unilateral, unicamente a partir de uma visão ocidental. Era antes um processo de interação complexa, em que as iniciativas e respostas das comunidades locais eram agentes históricos de pleno direito.

Esta visão encontrava um forte aliado teórico nas reflexões do historiador britânico Ronald Robinson⁶. Nos anos 1970, Robinson criticou os modelos clássicos do imperialismo, que explicavam a construção dos impérios coloniais quase exclusivamente a partir de fatores internos da Europa, como a economia política da era industrial. Tal perspetiva, argumentava Robinson, assentava numa “grande ilusão” ao pressupor que todos os elementos ativos no processo eram europeus, excluindo, assim, o papel determinante das populações colonizadas. Qualquer teoria válida teria de reconhecer que o imperialismo foi tanto um produto da “colaboração ou não-colaboração” das suas vítimas – da sua política indígena – como da dinâmica expansionista europeia. A concretização dos

2 Sanjay Subrahmanyam desenvolveu esta ideia no prefácio à obra *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History* (1993), destacando o impacto da geração de historiadores dos anos 1960.

3 A obra seminal de Marie A. Meilink-Roelofs, *Asian trade and European influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630* (Haia, 1962), redirecionou a pesquisa para os arquivos da VOC.

4 Denys Lombard, através da sua obra *Le Carrefour Javanais* (1990) e da direção da revista *Archipel*, foi central na promoção do cruzamento de fontes europeias e asiáticas.

5 Utilizaremos aqui o gentílico tradicional que a historiografia e fontes antigas usavam, ou seja, “holandês”, nas suas variantes de género e número.

6 A tese de Ronald Robinson, conhecida como a “teoria da colaboração”, foi exposta em “Non-European Foundations of European Imperialism: Sketch for a Theory of Collaboration”, in *Studies in the Theory of Imperialism*, editado por Roger Owen e Bob Sutcliffe (Londres, 1972), pp. 117-142. A citação e paráfrase no texto sintetizam os seus argumentos centrais.

projetos imperiais só se tornou viável por meio da combinação das forças geradas na Europa industrial com estruturas, interesses e agentes endógenos das sociedades agrárias com que aquela entrou em contacto.

Em Portugal, este novo olhar foi pioneiramente assumido por Luís Filipe Thomaz⁷. Influenciado pelo grupo de Lombard, Thomaz dedicou-se, desde a sua dissertação de mestrado sobre Malaca (1964), ao estudo da presença portuguesa no Sudeste Asiático, orientando depois um programa de mestrado especificamente voltado para os contactos lusitanos com a vasta região que se estendia da Birmânia ao Camboja e ao Tonquim.

Esta renovação historiográfica permitiu reinterpretar períodos e conceitos estabelecidos. Uma das suas primeiras conquistas foi a reavaliação crítica da chamada “época filipina” (1580-1640). Narrativas nacionalistas anteriores haviam pintado este período com as cores da decadência, do descaso metropolitano e da subordinação dos interesses portugueses aos da Coroa espanhola, agravada, no contexto ultramarino, pelos efeitos negativos da “Grande Trégua” com as Províncias Unidas (1609-1621). A nova historiografia, no entanto, revelou que esta ótica obscurecia dinâmicas importantes. O que assim se perdia de vista eram as possibilidades estratégicas que se abriram no Extremo Oriente por meio da combinação pontual de esforços entre portugueses, a partir de Malaca, e espanhóis, estes a partir das Filipinas. Esta colaboração chegou a alimentar projetos ambiciosos e entusiásticos de conquista e influência em vastas áreas da Ásia, desde o Ceilão até à China.

Paralelamente, os dados económicos começaram a contradizer a tese de um colapso comercial imediato e generalizado do Estado da Índia. Poderia só recordar que o denominado “século de ouro” de Macau, de criação de riqueza a partir do seu apogeu comercial enquanto “república mercantil” no Oriente, teve a sua época precisamente nesse putativo “ocaso” imperial português na era filipina... Quando se analisava, para além do grande comércio transoceânico controlado pela Coroa, o intenso e movimentado tráfego local – o comércio “de Índia em Índia” conduzido por particulares –, tornava-se evidente que as redes mercantis portuguesas no Oriente mantinham uma notável vitalidade e capacidade de geração de riqueza muito para além da chegada de outros concorrentes europeus.

Esta reabilitação do papel dos agentes privados constituiu, por si só, uma das grandes inovações conceptuais. Num artigo seminal de 1995, Anthony Disney propôs uma distinção clara entre dois modelos de presença portuguesa na Ásia. O primeiro, preponderante no século XVI no espaço do Índico Ocidental, foi designado como modelo da “Ásia Meridional” (South Asian). Era um modelo marcadamente estatal, assente no controlo a partir de fortalezas/feitorias e na imposição de sistemas como o dos *cartazes* (Disney, 2005). Estes, no século XVI, eram salvo-condutos marítimos (licenças) obrigatórios para navegar no Índico. O segundo modelo, que ganhou primazia durante a primeira metade do século XVII no Sudeste Asiático e na Insulíndia, foi denominado modelo da “Ásia Oriental” (East Asian). Este caracterizava-se pelo protagonismo de iniciativas privadas e por uma presença institucional muito mais ténue da Coroa. De certo modo, esta dicotomia ecoava os dois padrões de expansão já identificados no século XV em África, contrastando o modelo “de Marrocos” (conquista e ocupação) com o modelo “da Guiné” (feitorias e comércio).

No modelo da Ásia Oriental, o papel do Estado esbatia-se significativamente. Em seu lugar, emergiam e floresciam redes mercantis privadas e informais, nas quais agentes europeus – frequentemente aventureiros, degredados ou comerciantes sem ligação formal à administração – se conectavam e se fundiam com circuitos comerciais indígenas pré-existentes. Deste caldo de cultura social e económica emergiam comunidades mestiças

⁷ Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor* (Lisboa: Difel, 1994a), consolidou a sua vasta obra sobre o tema. O seu programa de mestrado na Universidade Nova de Lisboa formou uma nova geração de especialistas.

altamente autônomas, que se integravam num complexo mosaico étnico-cultural regional já organizado em diversas “tribos” ou grupos identitários distintos. A cidade de Makassar, no sul da ilha de Celebes, constitui um caso paradigmático deste fenómeno. Esta autonomia face ao poder metropolitano teve uma consequência documental crucial: a “tribo portuguesa” tendeu a desaparecer das grandes narrativas oficiais e crónicas patrocinadas pela Coroa. A sua memória e ação histórica sobreviveram sobretudo em fontes alternativas – como a célebre e controversa *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto –, em documentação eclesiástica (relatórios de missionários, registos vários), ou em fontes não portuguesas, que iam desde os arquivos dos reinos locais até aos diários de viagem e relatórios de comerciantes holandeses e ingleses. Assim, o estudo desta nova configuração imperial exigiu, em si mesmo, uma redefinição radical do próprio cânone documental e das fontes consideradas válidas para a escrita da história.

2. O Advento da VOC e a Reconfiguração do Cenário Asiático

Este segundo momento da presença portuguesa na Ásia não se limitou, contudo, a uma mera mudança de perspetiva por parte dos historiadores. Estava intrinsecamente ligado a uma profunda transformação geopolítica na região: o surgimento de um novo ator de peso, a Companhia Holandesa das Índias Orientais (*Verenigde Oost-Indische Compagnie* – VOC). Fundada em 1602, esta companhia unificou sob uma direção única e uma estratégia coerente as várias iniciativas comerciais neerlandesas que já atuavam no Oriente. Paradoxalmente, a estratégia que desenharam para a sua implantação bebeu largamente da observação atenta da experiência portuguesa, dos seus sucessos e, sobretudo, dos seus erros e vulnerabilidades⁸.

Os agentes e estratégias da VOC identificaram vários princípios fundamentais que consideraram ausentes ou mal aplicados pelos portugueses:

- A necessidade de uma política ou estratégia de tempo longo, que conferisse coerência e continuidade aos objetivos comerciais de curto prazo dos comandantes navais, e que incorporasse metas políticas (e até religiosas) que transcendessem o mero lucro imediato dos acionistas.
- A criação imperativa de uma capital política, administrativa e logística na Ásia, um centro de poder permanente, à imagem do que Goa era para o Estado da Índia Portuguesa.
- A seleção, para essa sede, de uma localização imune aos ciclos das monções, que permitisse uma movimentação naval contínua e planeada ao longo de todo o ano, libertando-a dos longos períodos de espera.
- O foco da atividade mercantil num número restrito de produtos de alto valor, cujo comércio pudesse ser efetivamente controlado, monopolizado e gerido de forma centralizada.

Foi com base nestes princípios que a VOC tomou decisões operacionais cruciais, a mais significativa das quais foi a instalação da sua sede principal e arsenal em Batávia (atual Jacarta, na parte ocidental da ilha de Java), a partir de 1619. Esta escolha estratégica deslocou decisivamente o epicentro das atividades comerciais e do poder político europeu do subcontinente indiano para o coração do Sudeste Asiático, influenciando não apenas o arquipélago indonésio, mas também os litorais continentais adjacentes, de Malaca ao Golfo do Sião e ao sul da China.

⁸ Para uma análise detalhada da estratégia da VOC e da sua inspiração no modelo português, ver Boxer, 1965.

Esta reconfiguração geográfica trouxe para o proscênio da história um novo conjunto de cidades portuárias (e territórios insulares) características do século XVII: Batávia, Malaca (ainda portuguesa até 1641), Makassar, os enclaves de Solor e Timor, e Macau. Paralelamente, um novo leque de produtos ascendeu ao protagonismo no comércio euro-asiático. A noz-moscada e o cravinho das Molucas, o sândalo de Timor e as pedras preciosas de vários pontos do arquipélago ofuscaram a primazia outrora quase absoluta da pimenta do Malabar e da canela de Ceilão.

Em paralelo, multiplicaram-se as parcerias e os circuitos secundários com o dinâmico comércio regional intra-asiático, não apenas de especiarias finas, mas também de bens de primeira necessidade e de alto volume, como o sal, o arroz, a madeira para construção naval e reparação e os escravos. Os lucros gerados por este comércio “regional” passaram a rivalizar, e por vezes a superar, os provenientes das longas e arriscadas rotas transoceânicas diretas para a Europa.

Perante esta nova geografia económica e política, o comércio de iniciativa portuguesa soube demonstrar uma notável capacidade de adaptação e resiliência. Ao longo do século XVII, os antigos centros do Índico Ocidental, como Ormuz, Goa ou Cochim, perderam relevância relativa para as cidades portuárias situadas já fora da jurisdição formal do Império Português, mas que permaneciam acessíveis e frequentadas por mercadores lusos. Malaca (até 1641), Makassar, Larantuca (nas Flores), Timor e, sobretudo, Macau tornaram-se os novos polos da atividade lusa – todas elas inseridas no âmbito do modelo da «Ásia Oriental».

Macau, em particular, merece destaque. Funcionando mais como uma “república de comerciantes” autogovernada por um Senado da Câmara (Leal Senado) e como um vibrante entreposto missionário do que como uma possessão oficial administrada por um governador nomeado pela Coroa, a cidade chinesa tornou-se, especialmente após a queda de Malaca em 1641, o principal bastião e a peça central do que se pode designar como o “império informal” português na região. Noutras áreas do Sudeste Asiático, após 1641, os “portugueses” (um termo que abrangia desde reinóis até mestiços e cristãos locais), ou “homens de chapéu”, operavam já sem quaisquer estabelecimentos oficiais ou fortalezas. O seu comércio, quase exclusivamente privado, passou a “encaixar-se” nos interstícios do sistema comercial holandês, mais sólido e agressivo. A VOC estabelecera-se de forma firme a partir da sua chegada direta à costa africana da Somália, uma zona estrategicamente livre das monções do Índico e, portanto, da interferência e do controlo das armadas portuguesas que dominavam as rotas do Cabo da Boa Esperança.

3. Malaca: a plataforma fundamental e o seu legado

A cidade de Malaca, conquistada por Afonso de Albuquerque em 1511 e mantida sob domínio português até à sua capitulação frente a uma aliança holandesa-Johor (sultanato no extremo meridional da península Malaia, junto a Singapura) em 1641, é universalmente reconhecida pela sua importância histórica ímpar.

Durante 130 anos, funcionou como a plataforma comercial fundamental e o ponto de partida estratégico para todo o avanço português no modelo da “Ásia Oriental” no Extremo Oriente. A sua história mais conhecida, porém, muitas vezes ofusca o papel crucial daquela que alguns autores e contemporâneos designaram como a “segunda e melhor Malaca”: Makassar. Esta cidade-porto no sul da ilha de Celebes (Sulawesi) tornou-se, especialmente após 1641, uma das capitais informais do mundo português no Arquipélago, desempenhando um papel vital para a sobrevivência da presença e das redes lusas no comércio regional do Sudeste Asiático. Foi a partir de Makassar que se viabilizou e organizou o avanço lusitano para outras paragens mais orientais e remotas da Insulíndia, como Solor, Flores e Timor.

4. O “Arquipélago” e a mobilidade da “Tribo Portuguesa”

Malaca foi sempre, por natureza geográfica e histórica, um ponto de passagem nas grandes rotas humanas e comerciais que ligavam o Oceano Índico ao Mar da China. Pouco oferecendo em termos de recursos próprios, era sobretudo um nó de conexão, uma origem e um destino de inúmeras viagens. A chegada dos portugueses não alterou esta vocação profunda. Os recém-chegados também não demonstravam, na sua maioria, uma grande tendência para se fixarem permanentemente na cidade, limitando as suas estadias ao tempo estritamente necessário para concluir missões diplomáticas ou negócios comerciais, ou às escalas forçadas pelo regime sazonal dos ventos das monções.

A partir de Malaca, os “portugueses” – uma categoria social fluida que incluía desde funcionários do rei até mercadores independentes, soldados, aventureiros e missionários – viajavam incessantemente numa vasta rede. As suas rotas levavam-nos para o Arquipélago indonésio (para Java, Sumatra, Molucas), para os reinos da vizinha Indochina (Sião, Camboja, Vietname, atual Birmânia), para o sul e leste da China e para o Japão. Esta circulação era contínua e bidirecional, mantendo-se com intensidade até muito tarde, mesmo após o declínio do poder formal. Esta mobilidade não era apenas o resultado de uma política imperial deliberada que, com raras exceções, evitou a criação de colónias de povoamento agrícola, consideradas mais dispendiosas e logisticamente complexas; era também uma expressão orgânica do facto de a “tribo portuguesa” participar plenamente na grande mobilidade humana que caracterizava uma zona que historiadores e geógrafos apelidaram, com propriedade, de “Mediterrâneo da Ásia”.

Apesar da singularidade evidente da expansão portuguesa neste contexto de mobilidade e informalidade, só nas últimas décadas a historiografia internacional começou a transferir de forma consistente o seu zénite analítico da “conquista” e da história político-militar, para a “colonização” e para os processos sociais, culturais e económicos dela derivados. Os trabalhos do historiador Leonard Andaya (2010, p. 391-420), publicados de forma significativa a partir de 1995, e do académico Steven Halikowski-Smith, com contributos centrais a partir de 2004, foram decisivos nesta reorientação epistemológica.

É justo assinalar que, neste aspeto, a historiografia portuguesa tem sido, por vezes, pouco diligente e sistemática na recuperação e na análise profunda da história destas populações mestiças e destas redes sociais informais, ainda que, muitas vezes, as invoque retoricamente como testemunho de um suposto “legado português” no Oriente.

Na sequência da renovação da historiografia económica, que contestava vigorosamente a ideia de um colapso precoce e generalizado das redes comerciais portuguesas, o historiador Kenneth Macpherson compilou num artigo síntese (2005, p. 64-83) as múltiplas evidências da robustez e vitalidade persistentes dessas redes, particularmente no Golfo de Bengala e nas suas extensões para ocidente e, sobretudo, para oriente, até Macassar, Macau e Manila. Macpherson descreve de forma pormenorizada a fixação progressiva de particulares “portugueses”, indivíduos oriundos de praças como Goa, Cochim ou Ceilão, mas também provenientes da costa ocidental do Golfo de Bengala (como Bengala própria e Orissa). Nestas regiões, estes homens procuravam conscientemente manter o Estado da Índia a uma distância segura e desenvolver os seus negócios de forma autónoma, seja no lucrativo comércio de Bengala, seja no Arquipélago Ocidental (Sumatra, Java).

Entre estes agentes, Macpherson identifica um grupo particularmente interessante: os cristãos-novos que, forçados a sair de Goa pela ação crescente do Tribunal do Santo Ofício (Inquisição) na segunda metade do século XVI e durante a década de 1630, viram-se empurrados para outras paragens. Muitos destes homens combinaram os seus esforços com os de comerciantes holandeses e ingleses estabelecidos em portos como Madrastra (atual

Chennai), dedicando-se a ramos comerciais especializados e de alto valor, como o comércio de diamantes. Macpherson realça ainda a importância crescente das comunidades mercantis portuguesas em Macassar e, posteriormente, a resiliência notável da comunidade de Macau, que conseguiu prolongar um comércio rentável e adaptado até aos meados do século XVIII. Por fim, o seu trabalho demonstra como até as crises mais profundas dos centros «portugueses» – como as quedas estratégicas de Malaca (1641) e de Macassar (1669) – serviram, paradoxalmente, para estimular e reconfigurar estas redes informais, provocando novos ciclos de deslocamento e reassentamento dos seus agentes para outros portos e regiões.

Toda esta atividade económica e social intensa gerou, naturalmente, uma significativa população flutuante e sedentarizada. À volta da figura central do comerciante ou do aventureiro, aglomerava-se uma família alargada e complexa que incluía mulheres (muitas vezes locais), concubinas, filhos mestiços, criados pagos, dependentes e um grande número de escravos de diversas origens. Tratava-se, no seu conjunto, de uma comunidade de fronteiras fluidas e identidades porosas, muito permeável à incorporação de novos grupos. Um exemplo notável eram os indianos convertidos ao cristianismo (ou que simplesmente assumiam uma identidade lusa por conveniência) que, ao adotarem nomes portugueses e práticas culturais associadas, se integravam neste mundo. Esta sociedade operava com uma sensibilidade às questões étnicas e de “casta” muito menos rígida e racializada do que a que emergiria no século XIX, sob a influência do racismo científico e das doutrinas coloniais europeias tardias.

A chegada maciça de outros europeus – holandeses, ingleses e, em menor escala, alemães, dinamarqueses e suecos – não levou ao desaparecimento desta população luso-asiática. Pelo contrário, inseriu-a numa nova e complexa grelha de classificações sociais e hierarquias, que variavam consoante o território e a potência colonial dominante. Enquanto em Madraça, sob influência britânica inicial, a hierarquia entre os diversos grupos euroasiáticos era relativamente pouco rígida – sendo comum, por exemplo, anglo-indianos adotarem nomes, costumes ou cônjuges portugueses, e vice-versa –, já em Ceilão, sob domínio holandês após meados do século XVII, os colonos neerlandeses consideravam-se a si próprios e aos seus mestiços como socialmente superiores aos portugueses e aos seus descendentes (*Portuguese Burghers*).

Em Singapura, após a sua fundação em 1819, os portugueses e luso-descendentes (muitos deles oriundos de Malaca, entre outras localizações no Sudeste Asiático) eram, por um tempo, vistos como os mais prestigiados entre os euroasiáticos. Este panorama mudaria gradualmente. Até que o avanço e a consolidação da colonização britânica no século XIX reivindicaram para si, de forma sistemática, os cargos administrativos superiores da Companhia das Índias Orientais e, posteriormente (após 1858), da Coroa britânica, estes grupos crioulos luso-asiáticos mantiveram durante muito tempo um quase monopólio dos postos intermédios e subalternos da administração colonial, do comércio e das profissões liberais.

Em todos os casos, porém, assistiu-se a uma progressiva “nativização” ou “enraizamento local” destas comunidades, um processo fortemente influenciado pelo papel central das mães indígenas na educação dos filhos, na transmissão da língua vernácula e na gestão da casa e dos escravos (estes quase sempre provenientes de outras regiões da Ásia, como Bengala e Java, ou mesmo da África Oriental). A partir de meados do século XIX, o estatuto social destes grupos começou a declinar acentuadamente, face ao crescimento dos preconceitos raciais “científicos” e à desconfiança crescente das autoridades coloniais europeias em relação a estes “súbditos negros” ou “mestiços”, por mais vistosos e europeizados que fossem os seus nomes portugueses e as suas práticas externas.

5. Para além da elite: os *Topasses*, a face crioula e militar do Império

Para além desta elite mercantil, administrativa e social, os grupos que se identificavam e eram identificados como “portugueses” incluíam outras camadas sociais, por vezes mais numerosas e certamente mais próximas dos ambientes rurais e das populações autóctones. Num influente artigo de síntese sobre a “tribo portuguesa” na Insulíndia durante o período de predominância holandesa (aproximadamente 1650-1800), o historiador Leonard Y. Andaya (2010) descreve com precisão esta outra faceta fundamental do mundo luso-asiático: os *Topasses*, ou “portugueses pretos”, os “Black Portuguese” (uma designação comum nas fontes holandesas: *Zwarte Portugeezen* ou *Swarten Portugiesen*).

Segundo a análise de Andaya, após a queda sucessiva das principais fortalezas e praças-fortes portuguesas na região – Amboíno (1605), Ternate (1606) e, sobretudo, o golpe – também simbólico – estratégico da perda de Malaca (1641) –, mantiveram-se e até se reforçaram em vários pontos do arquipélago comunidades mestiças que, tanto a seus próprios olhos como aos dos novos poderes europeus e regionais, continuavam a ser, de uma forma ou de outra, “portuguesas”.

Quem eram estes *Topasses* (ou *Tupasses*)? Eram comunidades luso-asiáticas, de ascendência mista portuguesa e local, proeminentes no Sudeste Asiático (Timor, Solor, Malaca, também Goa ou Cochim) nos séculos XVII-XVIII, conhecidas pela sua forte identidade católica, pela cultura portuguesa e pela sua habilidade como intérpretes (do termo tâmil *tupasi* – “bilingue”), ou *jurubaças* (ou “língua”, intérprete, ou “turgimão”), mercenários e artesãos, atuando como uma força social e política relevante, especialmente em Timor, onde controlavam territórios.

A etimologia pode vir do tâmil *tupasi* (intérprete/bilingue) ou de *topa-chi* (mosqueteiro), ou ainda de *gente dos chapeos* (“povo dos chapéus”), pelo uso de chapéus. Eram mercenários, soldados (como os *Topass Seamen* no serviço britânico) e artesãos habilidosos (carpinteiros, ferreiros), dominando oficinas em portos como Cochim.

Em primeiro lugar, eram cristãos. A grande maioria era católica, mantendo a fé dos seus antepassados portugueses, embora algumas comunidades, sob pressão ou por conveniência, tenham transitado progressivamente para as igrejas reformadas holandesas. Esta identidade religiosa distinguia-os claramente e, de forma crucial, das populações maioritariamente muçulmanas que dominavam as áreas costeiras do Arquipélago.

Em segundo lugar, a sua língua franca era o crioulo de base portuguesa (muitas vezes com forte substrato malaio) que servia de língua de contacto nos portos e entrepostos de toda a região. Este domínio linguístico conferia-lhes um valor social e económico como intermediários indispensáveis: eram intérpretes e facilitadores entre os holandeses e os vários grupos nativos, e também entre grupos indígenas que falavam línguas diferentes (por exemplo, entre falantes do malaio e povos de línguas locais de Timor ou das Molucas). Em terceiro lugar, o seu vestuário era considerado de estilo europeu – as mulheres usavam blusas e vestidos, os homens chapéus e calças –, funcionando como um marcador identitário visível e imediato no meio das populações locais.

Contudo, a sua principal fonte de prestígio, coesão social e poder negocial era a tradição e a perícia militares. Os *Topasses* eram reconhecidos como bons arcabuzeiros e artilheiros, com conhecimentos técnicos e táticos herdados das técnicas portuguesas de guerra do século XVI. Esta mestria mantinha-se viva e era valorizada por meio do serviço militar organizado. No período de domínio holandês, muitos *Topasses* serviram como milícias profissionalizadas ou tropas auxiliares (*soldados*) ao serviço da VOC ou dos diferentes rajás e sultões locais, garantindo, assim, não só uma forma de sustento, mas também uma margem de autonomia e negociação.

As origens deste grupo são complexas e múltiplas. A sua base remonta, naturalmente, aos primeiros mestiços luso-asiáticos resultantes das uniões, formais ou informais, entre portugueses (soldados, marinheiros, comerciantes, degredados) e mulheres locais, numa vasta zona de fronteira cultural onde a poligamia e as uniões temporárias eram práticas comuns. Os seus efetivos foram depois ampliados significativamente pela incorporação de um grande número de libertos, os *mardicas* (termo de origem sânscrita, *Maharddhika*, que designa uma pessoa poderosa, influente e, significativamente, isenta de impostos).

A mão-de-obra escrava, muito abundante no Sudeste Asiático dos séculos XVII e XVIII, particularmente sob o domínio da VOC, provinha inicialmente de regiões como a Índia ou o Golfo de Bengala, frequentemente através de circuitos comerciais ainda mediados por mercadores “portugueses”. Uma vez alforriados, estes indivíduos – agora libertos, mas culturalmente desenraizados – integravam-se mais facilmente no grupo crioulo “português” católico do que nas sociedades nativas muçulmanas ou animistas, das quais os separavam barreiras religiosas, linguísticas e a própria condição anterior de estrangeiros cativos. Uma terceira fonte de recrutamento e crescimento para as comunidades *Topasses* foram os nativos convertidos ao cristianismo (designados nas fontes holandesas como *inlandische Christenen*), sobretudo ao catolicismo, dada a relativa despreocupação inicial dos holandeses calvinistas com a evangelização ativa das populações indígenas.

6. Makassar: o refúgio dourado e a sua diáspora forçada

A cidade de Makassar (ou Macáçar), no sul da ilha de Celebes (Sulawesi), emergiu, especialmente após a década de 1640, como o principal refúgio e centro de reagrupamento da diáspora portuguesa no Sudeste Asiático. A sua frequência por mercadores e aventureiros lusos não era nova, remontando às viagens de António de Abreu e Gomes de Sequeira (1523-1525), que, a partir de Malaca e das Molucas, respetivamente, a tinham incluído nas suas rotas exploratórias. Aí estabeleceram uma feitoria, partilhando o espaço comercial, primeiro de forma pragmática com os holandeses (a partir de 1605) e, pouco depois, com os ingleses.

A partir do início do século XVII e, de forma exponencial, após 1641, o volume e a importância do comércio português em Makassar cresceram substancialmente. Nos finais da primeira metade do século, a cidade recebia anualmente entre 10 e 22 navios portugueses, oriundos principalmente de Macau, Malaca e dos portos do Coromandel, transportando regularmente centenas de indivíduos. Estes residentes temporários ou semipermanentes viviam em habitações de bambu ao estilo local, comunicavam-se no crioulo português, que se tornara língua franca regional, e gozavam de uma notável liberdade de culto durante os meses de permanência (normalmente em novembro e dezembro, aproveitando os ventos das monções).

O seu comércio era diversificado e lucrativo, incluindo sedas chinesas, algodões indianos, cravo das Molucas, sândalo de Timor e diamantes de Bornéu. Um observador inglês da época, citado nas fontes, notou com perspicácia que estes “portugueses” consideravam Makassar uma “segunda Malaca”, até superior à original, precisamente devido à segurança e liberdade que ali desfrutavam, longe dos ataques diretos de outros europeus, ou de sultanatos insulares e malaios. Do ponto de vista moral e religioso, contudo, o comportamento desta comunidade era frequentemente criticado por clérigos mais rigorosos ou por visitantes escandalizados, que também acusavam o próprio clero secular presente na cidade de má conduta e de venalidade. Um desses comentários, severo, afirmava que estes homens “são da Índia e têm pouco de portugueses”, vivendo longe dos padrões morais e disciplinares que se esperariam da Igreja Romana.

A amplitude, complexidade e ambivalência das rotas comerciais e das lealdades políticas da época são perfeitamente exemplificadas pela trajetória do célebre mercador Francisco Vieira de Figueiredo (conhecido localmente como “Behara” ou “Vehera”). Nascido em Ourém, Portugal, por volta de 1612, e embarcado para a Índia ainda na adolescência, Vieira de Figueiredo construiu uma notável fortuna e uma rede de influência extraordinária, primeiro no Coromandel e, depois, de forma mais duradoura, em Makassar⁹. A sua figura transcende a de um simples comerciante. Atuava com igual à vontade e oportunismo como representante comercial, diplomata ou embaixador informal, servindo interesses tão diversos e, por vezes, contraditórios como os do governador espanhol das Filipinas (em negociações no Camboja), do vice-rei português em Goa, do sultão de Makassar (em missões em Batávia) ou, mais tarde, do sultão de Golconda.

Apesar das suas origens sociais modestas, a sua influência económica e a sua utilidade política em Goa valeram-lhe a distinção do hábito da Ordem de Cristo em 1664. Mantendo uma relação ambígua, por vezes cordial, por vezes de rivalidade, com os holandeses da VOC, protegia-se estrategicamente por meio das suas sólidas alianças com os sultões de Makassar e Golconda, aproveitando também, com astúcia, as rivalidades e tensões entre a VOC e estes potentados muçulmanos. Mesmo após a expulsão formal e forçada dos portugueses de Makassar em 1661, consequência da pressão holandesa, Vieira de Figueiredo conseguiu continuar a operar na cidade durante mais alguns anos, beneficiando de uma proteção dupla – tanto das autoridades locais, que o valorizavam, como dos próprios holandeses, especialmente após a assinatura da paz entre Portugal e as Províncias Unidas em 1661-62.

As suas atividades e ambições estenderam-se então para o leste, para as Ilhas de Sonda. Interveio ativamente em Larantuka (Flores) e Timor, onde, em 1663, exerceu a sua influência para impor um capitão de sua confiança – António de Hornay, um homem com simpatias e ligações holandesas – à comunidade “portuguesa” de Lifau e Larantuka, numa jogada que pode ter servido tanto aos seus interesses pessoais como a uma estratégia de aproximação tácita à VOC. Estabeleceu-se definitivamente com a sua família (que fez vir de Makassar) em Larantuka em 1665, dedicando-se ao lucrativo comércio de sândalo com Macau (de onde era originária a sua segunda mulher, D. Catarina de Noronha), até à sua morte em circunstâncias misteriosas a 5 de dezembro de 1667. A sua vida, que encontra interessantes paralelos na de Filipe de Brito e Nicote, meio século antes, em Pegu (Birmânia), ilustra de forma paradigmática o perfil do agente da expansão informal portuguesa: um homem cuja perícia comercial e financeira foi a base que sustentou uma influência política, diplomática e até militar significativa, e cuja lealdade à Coroa portuguesa era instrumental, negociável e profundamente contextual, adaptando-se às complexas e movediças teias de poder regional.

A queda de Malaca em 1641 provocou um afluxo massivo e repentino de refugiados para Makassar, o que fez a comunidade “portuguesa” local crescer de cerca de 500 para cerca de 3000 pessoas em poucos anos. Esta comunidade alargada, com os seus habituais séquitos de dependentes, criados e escravos, caracterizava-se por uma grande permeabilidade social e cultural. As uniões com mulheres muçulmanas locais eram comuns, assim como, por vezes, os muçulmanos tomavam mulheres cristãs. A sua organização interna, pouco documentada nos pormenores, provavelmente seguia o modelo tradicional de outras praças portuguesas na Ásia: seria liderada por um capitão eleito ou reconhecido, auxiliado por um grupo de notáveis (homens bons, *casados*) encarregados do autogoverno do bairro e da resolução de litígios internos.

9 A biografia mais acessível de Francisco Vieira de Figueiredo pode ser vista em Boxer, 1961, p. 61-67.

Após 1641, Makassar acolheu também autoridades eclesiásticas refugiadas, incluindo um vigário-geral do bispado de Malaca que, na ausência do bispo, reivindicou para si o título de “governador”, o que simbolizou uma pretensão de autoridade espiritual e temporal sobre a comunidade cristã dispersa. O bairro português, conhecido como *Borrobos* ou *Barrobos*, chegou a ter igrejas das três principais ordens religiosas – franciscanos, jesuítas e dominicanos –, que foram encerradas entre 1657 e 1658 devido a violentas e públicas disputas doutrinárias e de jurisdição entre si, exigindo a intervenção pacificadora do próprio sultão.

O ambiente político na corte de Makassar era geralmente muito favorável aos portugueses. O viajante inglês John Jourdain¹⁰ registou, em 1613, um encontro com o sultão, rodeado de portugueses, num clima de grande cordialidade e familiaridade. O governante de Makassar em 1640 era, nas palavras vívidas do frade agostinho Sebastião Manrique¹¹, “tão próximo dos portugueses que não lhe faltava para Português mais que ele haver nascido em Macassar y ser Pagão maometano”. Esta simpatia e aliança tinham fortes fundamentos económicos e estratégicos: a prosperidade da classe mercantil local e as receitas fiscais do sultanato dependiam fortemente do volume e da diversidade do comércio português, tanto para a importação de bens manufaturados e de luxo como para a exportação de produtos locais, como o cravo.

No plano militar e político, a perícia técnica dos portugueses no manejo de armas de fogo (arcabuzes, artilharia) e na fortificação era um trunfo valioso para a estabilidade interna do reino e para a sua política externa, face a inimigos regionais, como os *bugis*, e à ameaça expansionista holandesa. A hostilidade partilhada face às tentativas agressivas da VOC de monopolizar o comércio de especiarias nas Molucas reforçava esta aliança de conveniência. A corte de Makassar era notoriamente fluente em português e, em menor medida, em espanhol; o seu chanceler possuía uma magnífica biblioteca com obras em ambas as línguas, e o próprio sultão lia a correspondência oficial em português sem necessidade de intérprete.

Apesar desta proximidade cultural e política, a questão religiosa de fundo permaneceu em aberto por algum tempo. Reza uma lenda, referida pelo padre jesuíta Hubert Jacobs na sua compilação *Monumenta Malucensia*, que os dirigentes de Makassar, hesitantes entre o Islão e o Cristianismo, terão decidido converter-se à religião dos primeiros clérigos que ali chegassem. Tendo os “missionários” muçulmanos de Johor (na Península Malaia) chegado primeiro, o Islão prevaleceu como religião oficial do reino. As tensões político-militares aumentaram sob a pressão holandesa. Após anos de bloqueio naval a partir de 1653 e de um ataque bem-sucedido em 1660, que resultou na ocupação da fortaleza de Makassar, os holandeses forçaram o sultão a assinar um tratado humilhante.

Uma das cláusulas principais exigia a expulsão permanente de todos os “portugueses” do território¹². Cerca de 2000 pessoas – uma mistura de brancos, negros, mestiços e os seus dependentes – foram obrigadas a partir no prazo de um ano, dando origem a uma das maiores diásporas coletivas da presença portuguesa na Ásia. Muitos refugiaram-se em Larantuca e Solor, outros dirigiram-se a Macau, ao Sião, ao Camboja ou até à própria Batávia holandesa. No entanto, indícios posteriores, como o rearmamento e o treino de artilharia do exército do sultão, sugerem que alguns especialistas militares portugueses ou *topasses* teriam permanecido de forma discreta, ainda que a comunidade organizada enquanto tal perdesse a sua dimensão anterior, coesão e peso económico.

¹⁰ O relato de John Jourdain está publicado em *The Journal of John Jourdain, 1608-1617*, edição de William Foster (Cambridge: Hakluyt Society, 1905).

¹¹ A citação de Sebastião Manrique provém da sua obra *Itinerario de las misiones del India Oriental* (Roma, 1649).

¹² Para o conflito e a expulsão de Makassar, ver Reid, 1993, p. 290-300.

7. O mar de Timor: a consolidação de um “Império por delegação”

A história de Timor e das ilhas vizinhas (Solor, Flores, Roti) entre os séculos XVI e XVIII oferece o caso mais extremo, duradouro e paradigmático da presença portuguesa informal e da sua transformação em poder local. Representa a materialização do conceito de “império por delegação”, no qual a soberania formal foi cedida, por necessidade e impotência, a agentes locais crioulizados.

Após uma chegada discreta no início do século XVI, atraídos sobretudo pelo valioso sândalo, mas também pela cera e pelo ouro, e utilizando a região como escala nas rotas para as Molucas, a presença lusa estruturou-se de forma minimalista. A estratégia inicial foi de baixo perfil, limitando-se a assegurar uma série de feitorias comerciais como pontos de apoio.

A partir de 1520, com a instalação de uma feitoria em Lamakera (Solor) e a chegada posterior dos dominicanos de Malaca na década de 1550, estas estruturas comerciais foram complementadas com edificações religiosas e, a partir de 1561-1566, com uma fortaleza em Solor, cujo capitão era nomeado pelo prior dos dominicanos em Malaca. Os missionários, que nomeavam um “capitão de Solor e Timor”, afirmavam ter batizado milhares de pessoas, num proselitismo por vezes mais rápido e superficial do que efectivo e inculturado.

No entanto, uma revolta local e conflitos de interesses com os comerciantes portugueses levaram ao abandono de Solor como centro principal e à concentração da presença em Larantuka, nas Flores. Em 1613, os holandeses, aproveitando a ausência de parte da população numa expedição a Timor para comprar sândalo, tomaram Solor e deslocaram os padres dominicanos para Larantuka, onde já existia uma importante comunidade cristã com um seminário.

A queda de Malaca, em 1641, isolou ainda mais esta região periférica, cortando a ligação direta com Goa. Contudo, o refúgio oferecido por Makassar atenuou inicialmente o impacto desse afastamento em relação ao império formal. A expulsão definitiva de Makassar em 1661 voltou a agravar a situação, mas, num movimento paradoxal, reforçou significativamente a comunidade de Larantuka com a chegada de uma nova vaga de refugiados, muitos deles liderados por Francisco Vieira de Figueiredo, que trouxeram consigo alfaias religiosas, imagens, altares e outros símbolos de culto que se tornariam objetos de grande valor simbólico e político.

Neste contexto, nasceu e consolidou-se uma sociedade de fronteira única, dominada por *mestiços* – os *Larantuqueiros* ou *Topasses* –, os seus descendentes, os libertos (*mardicas*) e os escravos, misturados com mercenários cristãos filipinos (*pampangans*). O que os unia era, antes de mais, a fé católica; depois, o uso de um crioulo português como língua comum; a adoção de nomes portugueses; o trajar distintivo de inspiração europeia; e, de forma crucial, o domínio e o prestígio associados ao manejo de armas de fogo. Os holandeses chamavam-lhes, de forma depreciativa, mas descritiva, *Zwarten Portugees* (“portugueses negros”) ou, simplesmente, *topasses*. O poder local era disputado por duas famílias ou clãs rivais que personificavam a dualidade de alianças: os Hornay (de apelido holandês, mas culturalmente “portugueses”) e os da Costa (de apelido claramente português).

Para garantir a sobrevivência da fé e da comunidade perante a ameaça holandesa protestante, os dominicanos promoveram a criação de confrarias leigas, sobretudo a Confraria de Nossa Senhora do Rosário, que perduram até aos dias de hoje. Estas irmandades não eram apenas associações piedosas; eram a espinha dorsal da organização social, religiosa e militar dos *Topasses*, estruturando a vida comunitária, organizando as festas (como as famosas celebrações da Semana Santa em Larantuka) e podendo mobilizar homens para a defesa.

A partir desta base em Larantuka (Flores), os “larantuqueiros” expandiram a sua influência para a costa norte de Timor, estabelecendo postos em Oekusi e Lifau. Firmaram alianças matrimoniais estratégicas com os *liurais* (chefes) timorenses locais e assumiram o controlo militar e comercial do precioso sândalo. A sua identidade era intrinsecamente híbrida e instrumental: afirmavam-se perante o mundo exterior através da religião cristã, de palavras em português, de nomes europeus e da posse de objetos europeus (bandeiras, espadas, trajes, imagens de santos) que eram vistos pelos timorenses como portadores de poder mágico (*Julik*) e de ligação a um “rei estrangeiro de além-mar”.

Contudo, a relação com os missionários dominicanos, os seus criadores simbólicos, era por vezes tensa e conflituosa. Fontes hostis aos dominicanos do final do século XVII, muitas vezes de origem jesuíta, acusavam-nos de serem “aborrecidos dos naturais”, de cobrarem taxas abusivas pelos sacramentos e de realizarem batismos em massa sem uma catequese adequada, apenas para apresentar números impressionantes aos seus superiores em Roma ou Goa.

Do ponto de vista da atividade profissional, os Larantuqueiros destacavam-se como soldados temidos, comerciantes astutos e eficientes administradores locais. Obedeciam a um “capitão-geral” ou a “tenentes-gerais”, cargos de origem portuguesa que se tornaram hereditários nas famílias Hornay e da Costa, e que eram por vezes manipulados por figuras externas de grande influência, como Francisco Vieira de Figueiredo. Internamente, dividiam-se: os da Costa eram geralmente pró-portugueses e mantinham boas relações com os dominicanos e os comerciantes de Macau; os Hornay, pelo contrário, tendiam a aliar-se pragmaticamente aos holandeses, nutrindo, por vezes, um ódio declarado e visceral pelos portugueses “oficiais”, apesar da sua própria ascendência cultural e biológica mista. Uma fonte chega a citar um membro dos Hornay afirmando que, se soubesse em que parte do corpo tinha sangue português, “o deitaria fora, rasgando as próprias veias”.

Em síntese, desde o século XVII até ao século XX, o principal obstáculo ao estabelecimento de um controlo formal e direto português em Timor não foram os holandeses (confinados a Kupang, no Sudoeste) ou os reinos indígenas “puros”, mas sim estes grupos mestiços autónomos, quer atuando sozinhos, quer em aliança momentânea com outros. A continuidade de uma presença oficial portuguesa em Lifau, por exemplo, após 1700, deveu-se mais a uma frágil partilha de poder e a uma aliança precária com os *topasses* do que a um domínio efetivo. A sua força derivava da manipulação hábil de símbolos de poder portugueses (bandeiras, trajes, títulos, imagens religiosas) que conferiam prestígio e legitimidade perante as populações locais e da debilidade crónica e da distância da administração imperial. Esta, impotente, viu-se forçada a aceitar fórmulas de governo indireto, delegando a autoridade real a líderes locais em troca do pagamento de um tributo simbólico (páreas) e de uma lealdade meramente nominal.

O episódio mais eloquente desta realidade ocorreu em 1769¹³, quando o governador António José Teles de Meneses, incapaz de conter a pressão e a hostilidade do clã Hornay, abandonou a capital, Lifau, durante a noite e retirou-se para Díli, num ato que não foi mais do que uma fuga disfarçada de transferência de capital. Este evento consagrou a soberania de facto dos *Topasses* sobre o interior montanhoso de Timor, confinando a autoridade portuguesa formal a um pequeno enclave costeiro em Díli durante quase um século. Timor foi, assim, o exemplo supremo do “império por delegação”, ou “informal”: um território onde a bandeira portuguesa tremulava, mas onde o poder efetivo pertencia a uma potência crioula local que tinha aprendido a usar os símbolos do colonizador para construir o seu próprio domínio.

13 Sobre a organização sociopolítica dos *Topasses* e o episódio de 1769, ver Matos, 1974; Boxer, 1947.

8. A Persistência através da adaptação/acomodação e da criouliização

A história da presença portuguesa no Sudeste Asiático, particularmente a sua experiência em Timor, desafia de forma radical a narrativa histórica linear e simplista de ascensão, auge e queda. A perda do império formal – simbolizada pela queda de Malaca em 1641 e pela expulsão de Macassar em 1661 (dos refugiados malaqueiros e outros luso-descendentes) – não significou o desaparecimento nem o fim da influência lusa. Pelo contrário, desencadeou uma metamorfose profunda e adaptativa.

A sobrevivência e a notável longevidade da presença portuguesa na região, especialmente no “mar de Timor”, foram garantidas por um mecanismo que os historiadores designam como “império por delegação” ou “império informal”. Neste modelo, a Coroa portuguesa, por necessidade, impotência e distância, delegou a soberania efetiva e o exercício do poder quotidiano a agentes locais criouliizados – os *Topasses*. Como argumentaram Leonard Y. Andaya e Hans Hägerdal, estes não eram meros intermediários ou “traidores”; eram uma potência política híbrida e autónoma que manipulava com mestria fontes de legitimidade duais e por vezes contraditórias: os símbolos, a religião e a tecnologia portuguesa para obter prestígio e acesso a redes globais; e as redes de parentesco, as alianças matrimoniais e as estruturas políticas timorenses para exercer o poder militar, controlar a terra e o comércio no terreno.

Este processo de criouliização – a fusão cultural que deu origem a uma nova sociedade com elementos europeus e indígenas –, analisado de forma brilhante por António Manuel Hespanha na sua obra *Filhos da Terra* (2019)¹⁴, revela-se como a chave interpretativa fundamental para a longevidade da experiência imperial portuguesa nas suas periferias. A identidade luso-timorense forjada ao longo de três séculos de contacto, conflito e mestiçagem – um catolicismo sincrético e popular, uma língua (o Tétum) profundamente influenciada pelo vocabulário e estrutura portuguesa, e uma cultura política de resistência e autonomia – é o legado mais duradouro e tangível deste império informal.

O caso de Timor demonstra, em última análise, que a verdadeira força e resiliência do império português residiam não apenas na sua capacidade inicial de conquistar com a espada e a cruz, mas também na sua notável capacidade de se adaptar, de se dissolver parcialmente e de se reconstituir sob novas formas nas periferias mais distantes e inóspitas. Fê-lo através dos seus “filhos da terra”, aqueles agentes mestiços e comunidades crioulas que, ao apropriarem-se seletivamente da herança lusa para servir aos seus próprios interesses e projetos locais, acabaram por se tornar os verdadeiros guardiães da sua persistência histórica na Ásia.

Parte II

Nesta segunda parte, iremos analisar e comparar duas obras: duas visões sobre o império informal português. Uma primeira a partir de Leonard Y. Andaya e a sua obra *The ‘informal Portuguese empire’ and the Topasses in the Solor archipelago and Timor in the seventeenth and eighteenth centuries*, publicada em 2010 no *Journal of Southeast Asian Studies* [41(3), p. 391–420]; uma segunda abordagem, incidindo na obra póstuma de António Manuel Hespanha, *Os Filhos da Terra* (...), vinda a lume em 2019. Propomos uma análise comparativa ao final de cada análise das duas obras e visões, com o objetivo de produzirmos uma tentativa de um conjunto de ideias em articulação com o exposto na Parte I.

¹⁴ Esta obra oferece o quadro teórico-jurídico para entender a construção das identidades mestiças no império.

A – O Conceito de “Império Informal Português” no Sudeste Asiático: uma leitura a partir de Leonard Y. Andaya

1. A formulação da tese do “Império Informal”

No seu artigo de referência sobre os *Topasses* de Solor e Timor, Leonard Y. Andaya propõe o conceito de “império informal português” para descrever a persistência da influência lusa no Sudeste Asiático após o colapso das estruturas formais do Estado da Índia na região, sobretudo a partir do século XVII. Segundo o autor, a perda de centros estratégicos como Malaca, em 1641, não significou o desaparecimento da presença portuguesa, mas antes a sua reconfiguração em moldes descentralizados e não estatais (Andaya, 2010, p. 392-398).

Este império informal distinguia-se do modelo clássico de dominação imperial por não se assentar em fortalezas, administrações régias regulares ou controlo territorial direto. A sua sustentação baseava-se, antes, em redes comerciais, alianças políticas locais, vínculos religiosos e, de forma decisiva, na mediação exercida por comunidades luso-asiáticas enraizadas nos contextos locais. A autoridade portuguesa tornava-se, assim, difusa, negociada e frequentemente independente do controlo efetivo de Lisboa ou de Goa.

1.1. Apreciação crítica

A proposta conceptual de Andaya constitui um contributo sólido e necessário para a historiografia do império português. Ao deslocar o foco das instituições formais para as práticas locais de poder, o autor corrige uma tradição historiográfica excessivamente centrada em batalhas, tratados e cronologias de conquista e de perda. O conceito de “império informal” permite captar formas subtis, mas duradouras, de influência política e cultural, sublinhando a agência de atores mestiços e locais na manutenção da presença portuguesa para além da hegemonia militar europeia.

2. Os *Topasses* como eixo do Império Informal

2.1. Identidade, origem e configuração social

No centro da análise de Andaya encontram-se os *Topasses* – designados nas fontes europeias como “Portugueses Negros” (*Black Portuguese*). Tratava-se, como já analisámos, de uma comunidade mestiça, resultante da união entre portugueses e mulheres locais, que desenvolveu uma identidade própria marcada pela fusão de elementos culturais indígenas e portugueses. Essa identidade articulava-se em torno do catolicismo, do uso de um crioulo de base portuguesa e da reivindicação de símbolos de autoridade associados à Coroa (Boxer, 1947).

Longe de constituírem um grupo marginal, os *Topasses* afirmaram-se como atores políticos centrais no arquipélago de Solor e em Timor, desempenhando funções militares, diplomáticas e comerciais que ultrapassavam largamente o papel de simples intermediários.

2.2. Poder político, autoridade religiosa e autonomia

A relevância histórica dos *Topasses* reside na sua capacidade de mobilizar múltiplas fontes de legitimidade. Por um lado, mantinham uma ligação estreita ao universo católico, beneficiando da presença missionária e da autoridade simbólica da fé cristã; por outro, estavam profundamente integrados nas estruturas políticas timorenses através de alianças matrimoniais, laços de parentesco e participação em rituais locais de poder.

Essa dupla ancoragem permitiu-lhes negociar, resistir e, em certos momentos, confrontar tanto a administração portuguesa quanto a Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC). Famílias dominantes como os Hornay e os Costa ilustram a forma como a soberania portuguesa em Timor se encontrava, na prática, delegada a lideranças luso-asiáticas, cuja autonomia perdurou até ao século XX. A longevidade deste poder híbrido evidencia a eficácia estrutural do império informal descrito por Andaya.

3. Inserção historiográfica: para além da narrativa do declínio

O contributo de Andaya impõe uma revisão da narrativa clássica sobre a presença portuguesa no Sudeste Asiático, tradicionalmente dividida entre um período de ascensão no século XVI e um rápido declínio a partir do século XVII. O autor propõe a identificação de uma terceira fase, caracterizada pela persistência adaptativa da influência portuguesa após o colapso do império formal.

Embora o centro político-administrativo do império asiático se tenha concentrado progressivamente em Goa e Macau, Andaya demonstra que, em espaços como Solor e Timor, a presença portuguesa não se reduziu a um vestígio residual. Pelo contrário, assumiu a forma de uma rede descentralizada de poder, sustentada por comunidades locais que instrumentalizavam a identidade portuguesa – língua, religião, títulos e símbolos – para fins próprios.

Esta leitura é particularmente relevante para a compreensão da história de Timor-Leste, cuja permanência sob administração portuguesa até 1975 não pode ser explicada apenas por decisões metropolitanas, mas exige o reconhecimento do papel estruturante dos *Topasses* como mediadores, defensores e reconfiguradores dessa presença ao longo dos séculos.

4. Império informal e cronologia da presença portuguesa

A análise de Andaya ganha maior densidade quando integrada numa cronologia mais ampla da expansão portuguesa no Sudeste Asiático. Após a conquista de Malaca em 1511, a Coroa procurou controlar os principais circuitos do comércio marítimo e das especiarias. A perda da cidade para os holandeses, em 1641, marcou o colapso definitivo da malha institucional portuguesa na região.

O que subsistiu em Solor, Timor e noutros pontos periféricos foram comunidades cristãs e mestiças dotadas de elevada autonomia, frequentemente apoiadas por missionários e lideranças locais que reivindicavam a identidade portuguesa sem se submeterem a uma autoridade régia efetiva. O envio de um governador português para Timor apenas em 1702 pode ser interpretado como uma tentativa tardia de “reestatizar” uma presença que, durante décadas, sobrevivera graças a redes informais de missão, de comércio e de poder local (Thomaz, 1994a, p. 465-480).

Neste sentido, Andaya insere-se numa tradição historiográfica que concebe o império português asiático como uma combinação dinâmica de:

- Império formal, assente em centros sob controlo direto (Goa, Malaca, Macau);
- Império contratual, baseado em tratados, alianças e concessões;
- Império informal, constituído por esferas de influência fora do alcance regular da administração, como Solor e Timor.

5. Méritos e limites da abordagem de Andaya

5.1. Contributos historiográficos

Entre os principais méritos do estudo, destaca-se, em primeiro, o conceito de descentralização do Estado. A análise evidencia que a presença portuguesa resultou não apenas da ação da Coroa, mas também da apropriação estratégica da identidade portuguesa por elites locais e mestiças (Subrahmanyam, 1993, p. 248-255). Depois, temos a ênfase na continuidade pós-1641, na qual a perda de Malaca não significou a extinção da influência luso-católica, mas antes a sua deslocação para zonas periféricas sob formas políticas alternativas. Por último, destaca-se a integração analítica, na qual a evangelização, o comércio (nomeadamente o do sândalo), as alianças matrimoniais e as redes de compadrio são tratados como dimensões interligadas de um mesmo sistema de poder.

5.2. Limitações e debates

Apesar da sua solidez, a abordagem de Andaya levanta algumas questões, como o risco de idealização, evidenciado pelo facto de que a oposição entre império formal e informal pode levar a uma leitura excessivamente positiva dos *Topasses*, ocultando práticas de coerção, exploração e violência contra as populações timorenses (Gunn, 1999, p. 67-90). Temos também problemas de escala, quando denotamos que Solor e Timor constituem casos extremos de fragmentação política, pelo que extrapolar estas dinâmicas para todo o Sudeste Asiático pode obscurecer o peso de centros como Malaca ou Macau. Na ideia da centralidade do elemento “português”, mesmo reconhecendo o papel da mestiçagem, a análise tende a organizar o poder em torno da identidade luso-católica, ao passo que as fontes locais revelam lealdades múltiplas e concorrentes (clãs, *liurai*, aldeia, missionários, “portugueses”).

6. O legado do Império Informal na história global luso-asiática

O trabalho de Andaya contribui decisivamente para desmontar duas simplificações persistentes na história global do império português: a primeira é a ideia de que Portugal desapareceu do Sudeste Asiático após 1641, quando, na realidade, a sua influência persistiu de forma fragmentada e informal; a segunda reside na conceção de um império estritamente hierárquico, quando a prática revela uma negociação constante entre a Coroa, as ordens religiosas, as elites locais e os intermediários mestiços.

Ao tomar Solor e Timor como laboratório analítico, Andaya propõe uma visão do império português como uma rede flexível, em que as fronteiras entre “português”, “local” e “mestiço” são porosas e em que o poder se exerce tanto por meios militares quanto por meio de alianças sociais, religiosas e familiares.

Conclusão sobre a obra de Andaya (2020)

O artigo de Leonard Y. Andaya constitui uma referência incontornável para a historiografia do império português e do Sudeste Asiático. Ao conceptualizar o “império informal português” e demonstrar o papel central dos *Topasses* na sua sustentação, o autor oferece uma interpretação mais complexa e realista da presença lusa na região. A sua análise obriga a ultrapassar leituras centradas exclusivamente no Estado e a reconhecer a importância das formas híbridas, adaptativas e localizadas de poder que permitiram que a influência portuguesa perdurasse em Timor e Solor muito depois do colapso do império formal.

B – A plasticidade do pertencer: identidades, direito e poder em *Filhos da Terra*, de António Manuel Hespanha (2019)

Este estudo examina os *Filhos da Terra. Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa* (2019), obra póstuma de António Manuel Hespanha, a partir da sua contribuição para a desconstrução das categorias identitárias fixas no contexto do império português. Defende-se que a mestiçagem (identidades mestiças), tal como conceptualizada pelo autor, deve ser entendida menos como um dado biológico ou cultural e mais como uma prática jurídica e social situada, mobilizada estrategicamente por indivíduos e comunidades em contextos de soberania fragmentada e pluralismo jurídico. A análise centra-se, em particular, no capítulo III, dedicado ao Sudeste Asiático, onde a fragilidade do controlo estatal e a autonomia dos grupos luso-asiáticos colocam em causa leituras tradicionais do chamado Estado da Índia.

1. Introdução: um legado intelectual sobre as margens do Império

Filhos da Terra representa o ponto de chegada da reflexão de António Manuel Hespanha (1945-2019) sobre o funcionamento do poder e do direito fora dos centros formais de autoridade. Conhecido pelo seu contributo decisivo para a renovação da história institucional portuguesa – em particular através das noções de pluralismo jurídico e de corporativismo pré-moderno –, Hespanha desloca nesta obra o foco analítico para os espaços periféricos da expansão e para os atores que os habitavam.

O livro afasta-se deliberadamente das narrativas centradas na ação do Estado ou na coerência do projeto imperial, privilegiando uma abordagem micro-histórica atenta às práticas sociais, às negociações quotidianas e à multiplicidade de ordens normativas em presença. A figura dos “filhos da terra” surge, assim, como chave interpretativa para compreender a natureza compósita, contingente e frequentemente improvisada da presença portuguesa além-mar.

2. Identidade como prática: a proposta teórica de Hespanha

No centro da obra encontra-se uma redefinição profunda do conceito de mestiçagem. Para Hespanha, os “filhos da terra” não constituem uma categoria étnica estável, nem um simples produto da miscigenação biológica. Trata-se, antes de tudo, de um estatuto relacional, produzido no cruzamento entre reconhecimento social, enquadramento jurídico e utilidade política.

Ser “português” nos confins do império dependia menos da origem sanguínea do que da capacidade de agir segundo determinados códigos: falar a língua, professar o cristianismo, integrar redes de parentesco e,

sobretudo, ser reconhecido como tal por comunidades locais e por autoridades diversas. A identidade, neste quadro, assume um caráter eminentemente situacional.

Hespanha introduz, assim, a noção de identidades móveis ou contextuais, próprias de um mundo marcado pela sobreposição de soberanias. Um mesmo indivíduo podia reclamar a condição de vassalo régio para aceder a privilégios comerciais e, simultaneamente, afirmar-se como chefe local ou aliado indígena para garantir proteção, influência e autonomia.

3. O Sudeste Asiático como Laboratório do Império Informal

O capítulo III da obra constitui um dos momentos mais elucidativos da aplicação empírica desta proposta teórica. Ao analisar o Sudeste Asiático – nomeadamente regiões como as Molucas, Flores, Solor e Timor – Hespanha demonstra como a autoridade do Estado da Índia se tornava, nesses espaços, intermitente ou meramente simbólica.

A distância geográfica em relação a Goa, a concorrência de outros poderes europeus e a força das estruturas políticas locais criaram condições para o florescimento de comunidades luso-asiáticas relativamente autónomas, organizadas em torno de redes familiares, capelas, clientelas e pequenos dispositivos militares ou comerciais.

3.1. *Casados*, crioulização e normas híbridas

Neste contexto, a figura do *casado* – o colono que se fixa localmente e constitui família fora da metrópole – assume um papel central. Longe de representar uma simples extensão da autoridade imperial, estes atores operavam como mediadores entre universos normativos distintos, contribuindo para a formação de sistemas jurídicos híbridos.

Hespanha sublinha que, nos confins do Sudeste Asiático, o direito aplicado frequentemente resultava da combinação entre normas ibéricas e práticas consuetudinárias locais, como o *adat* malaio-indonésio. A lei, longe de ser um corpo normativo imposto de cima, emergia da negociação quotidiana entre diferentes referências de legitimidade. Deixo aqui umas notas sobre os *Casados*, na terminologia, etimologia e conceito.

Os “casados” foram um grupo social central na expansão portuguesa na Ásia, sobretudo nos séculos XVI e XVII, combinando funções de povoamento, comércio, poder municipal e reserva militar. A sua emergência mostra como o império português não foi apenas uma projeção de oficiais régios e de ordens religiosas, mas também de colonos que se enraizaram localmente através de casamentos, propriedades e redes mercantis.

A categoria surge na documentação logo após a conquista de Goa. Numa carta de 22 de dezembro de 1510, Afonso de Albuquerque escreve a D. Manuel I explicando que o casamento de soldados com mulheres locais tinha como objetivo fixá-los na terra, transformando-os em “lavradores” e assegurando uma base social estável para o domínio português. Os *casados* recebiam incentivos concretos: tenças já previstas, cavalo, casa, terras e gado. As mulheres – algumas delas tornadas cativas na conquista – entravam no casamento com os seus bens, constituindo dote, o que reforçava o património familiar e a inserção local.

A criação dos casados introduz uma clivagem social importante, bem observada por Charles Boxer: de um lado, soldados solteiros ao serviço direto da Coroa; do outro, colonos casados, que deixavam a condição de simples militares para se tornarem vizinhos enraizados. Muitos dos homens que iam para a Índia eram leigos integrados no aparelho régio (soldados, oficiais), ao lado de missionários sob o padroado. Uma vez na Índia, podiam casar com mulheres hindus ou muçulmanas convertidas ao cristianismo, abandonar o serviço militar

e, assim, integrar a categoria dos casados. Sanjay Subrahmanyam interpreta estes casados como o equivalente asiático do burguês português: homens de mentalidade urbana e mercantil, próximos dos “homens-bons” e “cidadãos honrados” da Península, situados entre a baixa nobreza e a gente miúda.

A compreensão do grupo passa por três dimensões principais. A primeira é a função de povoamento. A constituição dos casados assenta em casamentos mistos, mas, sobretudo, em privilégios jurídicos e políticos. O foral de privilégios de 1515, enviado por Albuquerque e confirmado (com alterações) pela Coroa, estabelece que o conselho municipal de Goa será composto por vereadores, juizes de paz, almotacés e oficiais de ofícios, todos escolhidos entre os colonos casados. Enquanto exercessem esses cargos, não podiam ser presos nas cadeias públicas. Todos os cargos municipais não nomeados diretamente pelo rei eram reservados aos casados. Além disso, quem ocupasse cargos podia navegar livremente e importar mantimentos e bens de consumo, sem pagar taxas, exceto produtos estratégicos, como as especiarias. Isto garante aos casados um lugar central nas câmaras, transformando-os em elites locais.

A segunda dimensão é económica e mostra os casados como um grupo com forte coesão interna e peso de negociação. O comércio era o seu principal campo de ação, tanto no tráfico interasiático quanto na Rota do Cabo. Em Goa, atuavam sobretudo em duas frentes: o comércio costeiro com Guzerate, através de duas cáfilas anuais (armadas costeiras), e as cáfilas para Kanara, região que abastecia de pimenta a Carreira da Índia e o Malabar.

A comunidade de Cochim, segunda em importância, funcionava como intermediária entre Coromandel, Malaca, Macau e os portos de Bengala, de um lado, e o Guzerate, do outro. Na costa oriental, no Coromandel, os casados concentravam-se em São Tomé de Meliapor e em Negapatão. Para além deste comércio regional, envolviam-se em viagens de longo curso: a partir de 1570, grande parte do comércio oceânico faz-se por contratos de concessão (“viagens”), formalmente atribuídos a fidalgos, mas em que casados de Goa, Cochim e Malaca surgem frequentemente como investidores de facto por detrás dos titulares. Com o avanço holandês, no início do século XVII, a perda de rotas e de entrepostos faz com que uma parte significativa da renda dos casados passe a provir de propriedades fundiárias na Província do Norte (Damão, Baçaim, Diu), o que evidencia uma certa capacidade de reconversão económica.

Politicamente, os casados dominavam as câmaras municipais, principais núcleos institucionais de resistência às decisões do Estado da Índia. A par das câmaras, estavam as Santas Casas da Misericórdia, cuja expansão na Ásia é, em grande medida, obra deste grupo. Detentores de privilégios, mas discriminados pelos fidalgos reinóis, os casados chocavam com a administração em dois pontos chave: a defesa dos seus interesses comerciais quando a Coroa intervém diretamente no comércio ou concede monopólios que os excluem; e a reivindicação de que capitães e outros cargos fossem escolhidos entre os membros da própria comunidade, criticando o sistema de nomeações curtas (três anos para capitães, vedores, etc.) de fidalgos vindos do reino, vistos como ignorantes das realidades locais. Estes conflitos revelam a formação de poderes locais fortes e relativamente autónomos, que, em circunstâncias específicas, tentam limitar ou contornar o poder central.

Uma terceira dimensão é militar. Apesar da vocação mercantil e municipal, os casados eram contabilizados como reserva de combate num contexto crónico de escassez de europeus. Em caso de guerra, eram chamados a contribuir com recursos (empréstimos à Coroa para fortificações) e a pegar em armas – eles próprios e os seus escravos. Calculase que, em Goa, no início do século XVII, existissem cerca de dez escravos por cada casa de casado, o que apontaria para cerca de oito mil escravos só nesse espaço. A partir do levantamento de António Bocarro (1637–1638), referem-se 4 900 casados brancos e 7 400 “casados negros”, ainda que esta última categoria não apareça de forma uniforme em todas as praças. Ao mesmo tempo, estes colonos tendiam a rejeitar

conflitos armados prolongados, que perturbavam as redes comerciais e transformavam clientes em inimigos, o que os levava, por vezes, a entrar em tensão com a política militar da Coroa.

Do ponto de vista social, os filhos de casamentos mistos enfrentaram fortes barreiras. A eles era negada plena confiança como soldados, considerados “brandos” ou “efeminados”, e eram excluídos das ordens religiosas. Podiam frequentar colégios jesuítas, mas eram raramente ordenados, sendo sobretudo aproveitados como intérpretes ou catequistas. Estas discriminações geraram descontentamento e revolta entre as populações mestiças e descendentes, levando a uma revisão gradual dessas práticas a partir da segunda metade do século XVIII.

Em síntese, os casados constituem uma elite colonial intermediária: nem pura extensão da fidalguia metropolitana, nem simples população local, mas um grupo mestiço, proprietário, mercantil e politicamente ativo. A sua história torna visível a tensão entre um projeto régio centralizado e as dinâmicas de autonomia local que se foram construindo na Ásia portuguesa.

3.2. *Topasses* e Timor: Autonomia, Conflito e Ambiguidade

O estudo dos *Topasses* – também conhecidos como “portugueses negros” – constitui um dos exemplos mais expressivos da argumentação do autor. Esta elite euro-asiática, ativa sobretudo em Flores e Timor, afirmava-se como herdeira da tradição luso-católica, ao mesmo tempo que resistia abertamente à interferência direta de governadores enviados de Goa ou de Lisboa.

Os *Topasses* desempenhavam funções de mediação diplomática, controlo militar e articulação comercial, negociando tanto com reinos asiáticos como com potências europeias rivais, em especial a VOC holandesa. A sua identidade mestiça não significava subordinação ao centro imperial, mas antes uma base para a construção de projetos políticos autónomos.

4. Direito, poder e negociação: contributos e tensões analíticas

Uma das principais contribuições de *Filhos da Terra* reside na desmontagem da ideia de um Estado colonial coeso e omnipresente. Hespanha demonstra que a expansão portuguesa foi, em grande medida, sustentada por iniciativas privadas, alianças familiares e estratégias locais de adaptação, mais do que por uma administração central eficaz.

Ainda assim, uma leitura crítica da obra permite levantar algumas questões. O destaque dado à agência dos atores locais e à fluidez identitária pode, por vezes, atenuar a perceção das violências estruturais do sistema colonial. Nem todos tinham igual acesso à mobilidade identitária: género, estatuto social, origem e capital relacional condicionavam fortemente as possibilidades de negociação.

Apesar disso, a análise de Hespanha é particularmente eficaz ao mostrar que o direito colonial não se esgotava nas ordenações régias, mas se constituía na prática, através de acordos informais, usos reiterados e reconhecimentos situados — uma perspetiva alinhada com os contributos da *New Imperial History*.

5. Enquadramento Historiográfico e Linhas de Leitura

A obra pode ser lida como parte de um movimento historiográfico mais amplo que desloca o foco do “império formal” para formas de dominação indireta ou informal. Nesse sentido Hespanha privilegia os “impérios-sombra”, sustentados por comunidades mestiças, redes locais e lealdades fragmentadas. Depois,

metodologicamente, revisita fontes conhecidas a partir de novas perguntas sobre estatutos jurídicos, categorias identitárias e práticas sociais. Em termos interpretativos, rejeita a imagem de um império homogêneo e cordial, enfatizando a ambiguidade, a violência e a contingência das relações coloniais.

No caso específico do Sudeste Asiático, a articulação com a historiografia regional permite destacar a organização autónoma das comunidades luso-asiáticas em torno de estruturas familiares e religiosas; a percepção externa do “português” como categoria ampla, aplicada a cristãos mestiços independentemente da sua posição jurídica formal; a centralidade da agência local na negociação com poderes asiáticos e europeus; e o uso pragmático de categorias jurídicas como “vassalo”, “natural” ou “descendente”.

6. Conclusão

Filhos da Terra confirma António Manuel Hespanha como uma das figuras centrais da historiografia do império português, particularmente no que se pode designar como uma “história vista a partir das margens”. Ao redefinir a mestiçagem como prática jurídica e política, o autor oferece uma lente poderosa para compreender a resiliência da presença portuguesa em contextos de fragilidade estatal.

O capítulo III, em particular, demonstra exemplarmente que, no Sudeste Asiático, a continuidade da influência portuguesa não resultou de um projeto imperial coerente, mas da capacidade de adaptação dos “filhos da terra”, para quem ser “português” era apenas uma entre várias formas possíveis de habitar o mundo.

C – Tentativa de articulação entre Leonard Y. Andaya e António Manuel Hespanha

Império informal e pluralismo jurídico na Ásia portuguesa:

Leonard Y. Andaya e António Manuel Hespanha em perspectiva comparada

Resumo

Este estudo propõe uma tentativa de articulação historiográfica entre o conceito de “império informal português”, desenvolvido por Leonard Y. Andaya, e a análise do pluralismo jurídico e das identidades mestiças formulada por António Manuel Hespanha. A partir do caso do Sudeste Asiático – com particular atenção a Timor e ao arquipélago de Solor – argumenta-se que ambos os autores convergem na crítica às leituras estatais e declensionistas (de declínio) do império português, ainda que operem em níveis analíticos distintos. Enquanto Andaya privilegia as estruturas políticas e militares que sustentaram a persistência da influência portuguesa fora da soberania formal, Hespanha oferece um quadro jurídico e sociológico que explica o funcionamento quotidiano desse poder informal. A leitura conjunta permite compreender o império português na Ásia como uma formação descentralizada, negociada e juridicamente plural, sustentada por intermediários mestiços e por práticas locais de autoridade.

1. Introdução

A historiografia dos impérios europeus na Ásia tem vindo, nas últimas décadas, a afastar-se de modelos centrados na soberania territorial, na administração burocrática e no controlo direto. Em seu lugar, tem emergido

uma abordagem que privilegia a informalidade, a negociação e a mediação local como elementos estruturantes do poder imperial. Esta inflexão tem sido particularmente relevante para o estudo do império português, frequentemente descrito como frágil ou em declínio a partir do século XVII.

No entanto, trabalhos recentes demonstraram que a erosão das estruturas formais do Estado da Índia não implicou o desaparecimento da influência portuguesa, mas antes a sua reconfiguração em moldes descentralizados. É neste contexto que se inscrevem duas contribuições fundamentais: o conceito de “império informal português”, formulado por Leonard Y. Andaya, e a análise do pluralismo jurídico e das identidades mestiças desenvolvida por António Manuel Hespanha.

Embora provenientes de tradições historiográficas distintas, ambos os autores convergem na crítica às narrativas estatais do império e na valorização da agência de intermediários locais. Este artigo defende que a articulação entre Andaya e Hespanha permite compreender não apenas *onde e por quem* o poder português persistiu no Sudeste Asiático, mas também *como* esse poder foi juridicamente e socialmente operacionalizado.

2. Império informal e historiografia da Ásia portuguesa

O conceito de império informal tem uma longa trajetória historiográfica, sobretudo nos estudos sobre o imperialismo britânico. Aplicado ao contexto asiático, contudo, adquiriu significados específicos, associados à limitação estrutural do controlo europeu e à força das soberanias locais¹⁵. Neste quadro, a informalidade não surge como uma anomalia, mas como uma modalidade recorrente de presença imperial.

No caso português, autores como Sanjay Subrahmanyam e Luís Filipe Thomaz demonstraram que, mesmo no auge do Estado da Índia, o exercício do poder assentava em redes privadas, missionárias e mercantis, mais do que numa administração centralizada (Subrahmanyam, 1993; Thomaz, 1994b). A perda de Malaca em 1641, frequentemente interpretada como símbolo do declínio português no Sudeste Asiático, marcou sobretudo o colapso de um modelo institucional, não o desaparecimento da influência lusa. É precisamente esta distinção que Leonard Y. Andaya desenvolve de forma sistemática no seu estudo sobre Timor e Solor.

3. Leonard Y. Andaya e o “império informal português”

No seu artigo de 2010, Andaya propõe o conceito de “império informal português” para descrever a persistência da influência portuguesa no Sudeste Asiático oriental durante os séculos XVII e XVIII, num contexto de quase total ausência de controlo administrativo direto por parte de Lisboa ou de Goa (Andaya, 2010, p. 391-420). Segundo o autor, esta forma de império assentava em redes políticas, comerciais e religiosas, e não em instituições estatais formais.

No centro deste sistema encontravam-se os *Topasses*, uma elite mestiça, católica e militarizada, descendente de portugueses e mulheres locais. Famílias como os Hornay e os Costa controlavam vastas áreas de Timor, dominavam o comércio do sândalo e desempenhavam um papel decisivo na mediação entre os poderes europeus e as autoridades timorenses. A soberania portuguesa era, assim, exercida de forma indireta e relacional, frequentemente contra a vontade da própria Coroa. Para Andaya, este império informal não deve ser entendido como uma fase transitória ou residual, mas como uma forma estável e duradoura de organização do poder português na região.

15 Para uma discussão clássica do conceito, ver Gallagher & Robinson, 1953, p. 1-15.

4. António Manuel Hespanha: pluralismo jurídico e identidades situacionais

A análise de Andaya encontra um complemento decisivo na obra de António Manuel Hespanha, em particular em *Filhos da Terra*. Hespanha argumenta que o império português funcionava através de um pluralismo jurídico estrutural, caracterizado pela coexistência de múltiplas ordens normativas – régias, canónicas, consuetudinárias e locais – sem uma hierarquia rígida (Hespanha, 2019).

Neste contexto, categorias jurídicas como *vassalo*, *natural*, *descendente* ou *filho da terra* não constituíam estatutos fixos, mas sim recursos situacionais, mobilizados de forma estratégica pelos atores locais. A identidade portuguesa era menos uma condição de origem do que uma prática social, dependente do reconhecimento comunitário, da adesão ao catolicismo e da integração em redes locais de poder.

Hespanha demonstra que, nos confins do império, o direito não era imposto de cima para baixo, mas produzido na prática quotidiana, através da negociação constante entre normas e expectativas concorrentes. Esta perspetiva fornece o quadro jurídico que explica a viabilidade do império informal descrito por Andaya.

5. *Topasses*, mediação e poder híbrido

O caso dos *Topasses* constitui o ponto de convergência mais claro entre as abordagens de Andaya e Hespanha. Para o primeiro, eles são os pilares do império informal português em Timor; para o segundo, exemplificam a forma como comunidades mestiças transformaram a ambiguidade jurídica em autonomia política.

Os líderes *topasses* reivindicavam títulos portugueses, mantinham laços com missionários católicos e utilizavam símbolos da monarquia, ao mesmo tempo que se integravam plenamente nas estruturas políticas timorenses através de alianças matrimoniais, rituais locais e redes de clientela. A sua autoridade assentava precisamente nessa dupla ancoragem, europeia e indígena.

Esta posição intermediária explica tanto a persistência do poder português fora da soberania formal como a sua natureza profundamente negociada e plural.

6. Limites analíticos e violência estrutural

A leitura conjunta de Andaya e Hespanha também permite identificar limites importantes. O enfoque na agência dos intermediários e na flexibilidade jurídica pode, por vezes, atenuar a perceção das violências estruturais inerentes ao sistema. Os *Topasses* exerceram formas coercivas de domínio sobre populações timorenses, recorrendo à guerra, à tributação forçada e à escravização (Gunn, 1999, p. 67-90).

Além disso, o acesso à mobilidade jurídica e identitária não era igualitário. Género, estatuto social e posição nas hierarquias locais condicionavam fortemente a capacidade de negociação. Reconhecer estes limites é essencial para evitar leituras excessivamente funcionalistas do império informal.

Conclusão

A articulação entre o conceito de império informal de Leonard Y. Andaya e a análise do pluralismo jurídico de António Manuel Hespanha permite repensar o império português na Ásia para além das categorias tradicionais de soberania, administração e declínio. Em vez de um império em colapso, emerge uma formação política descentralizada, sustentada por intermediários mestiços e por regimes jurídicos flexíveis.

Timor e Solor não surgem, assim, como periferias residuais, mas como laboratórios centrais de adaptação imperial. Esta perspetiva contribui não apenas para a história da Ásia portuguesa, mas para uma compreensão mais ampla dos impérios modernos como estruturas negociadas, híbridas e profundamente dependentes das suas margens.

Conclusão Geral

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite concluir que a presença portuguesa no Sudeste Asiático, longe de se esgotar na cronologia clássica de conquista, apogeu e declínio do Estado da Índia, se prolongou e transformou através de modalidades flexíveis de poder, sustentadas por agentes locais, mestiços e crioulos. A queda de Malaca, a perda de Macassar e a retração das estruturas formais não significaram o desaparecimento do “português” da região, mas antes a sua metamorfose em redes informais, poderes locais e identidades híbridas, que obrigam a repensar tanto a cronologia como a natureza do império.

A articulação entre a noção de “império informal” de Leonard Y. Andaya e a leitura de António Manuel Hespanha sobre os “filhos da terra” oferece, neste contexto, um quadro interpretativo particularmente fecundo. Andaya mostra que, em espaços como Solor e Timor, a soberania portuguesa foi, de facto, delegada a potências crioulas – os *Topasses* – que agiam segundo lógicas próprias, manipulando símbolos régios, capital militar e redes locais para construir uma autoridade que já não era simplesmente “do Estado da Índia”, mas também não era puramente indígena. Hespanha, por seu turno, ajuda a perceber como essa delegação foi possível: num império estruturado por pluralismo jurídico e soberanias sobrepostas, categorias como “vassalo”, “natural”, “descendente” ou “filho da terra” funcionavam menos como estatutos fixos do que como recursos estratégicos, mobilizados situacionalmente por atores que se moviam entre ordens normativas e esferas de pertença.

Deste cruzamento emerge uma imagem do império português na Ásia que é, simultaneamente, mais frágil e mais resiliente do que sugeriam as narrativas clássicas. Mais frágil, porque a Coroa raramente dispôs de um controlo territorial pleno e duradouro; o seu poder dependia de alianças instáveis, de elites locais e de comunidades mestiças que podiam mudar de campo, negociar com a VOC ou desafiar governadores enviados de Goa ou de Lisboa. Mas também mais resiliente, porque essa mesma capacidade de se deixar mediar, fragmentar e “delegar” o domínio permitiu que elementos centrais da presença lusa – língua, catolicismo, práticas comerciais, símbolos de autoridade – sobrevivessem muito para lá do colapso das fortalezas e das armadas.

O caso de Timor, tal como reconstruído a partir de Andaya, Hägerdal e da historiografia timorense, é emblemático desta ambivalência. Durante longos períodos, a bandeira portuguesa tremulou sobre um território onde o poder efetivo pertencia a famílias *topasses*, como os Hornay e os da Costa, cuja legitimidade combinava referências cristãs, títulos europeus e uma inserção profunda nas estruturas políticas timorenses. O “império por delegação” que daí resulta não é um mero epílogo decadente, mas um laboratório de formas híbridas de soberania, onde se experimentam soluções de governo indireto, partilha de autoridade e instrumentalização recíproca entre centro e periferia.

Ao mesmo tempo, a leitura crítica destes processos obriga a recusar idealizações. A ênfase na agência dos intermediários e na plasticidade identitária não pode ocultar as violências estruturais do sistema: guerras locais fomentadas ou exploradas por elites crioulas, tributação forçada, escravização de populações “do interior”, exclusões sistemáticas de mestiços em função do género ou da posição social, e persistentes hierarquias raciais embrionárias. Nem todos podiam “navegar” o pluralismo jurídico com igual margem de manobra; a mobilidade

identitária era um privilégio desigualmente distribuído, e essa assimetria deve ser integrada à análise, se se quiser evitar uma leitura excessivamente funcionalista ou conciliadora do império informal.

Do ponto de vista historiográfico, o diálogo entre Andaya e Hespanha inscreve-se, assim, num movimento mais amplo de revisão da história imperial, que desloca o foco da soberania formal para as margens, da lógica de Estado para a lógica de rede, e da cronologia teleológica do “declínio” para a observação fina de continuidades, reconfigurações e acomodações. Ao fazê-lo, este estudo contribui para romper com a imagem de um império português homogêneo, coerente e exclusivamente “europeu”, devolvendo protagonismo a comunidades lusoasiáticas, a intermediários mestiços e a poderes locais que foram, em muitos contextos, os verdadeiros artífices da presença lusa na Ásia. Esta deslocação de perspectiva não diminui a responsabilidade histórica da Coroa e das elites metropolitanas; pelo contrário, permite vê-la em contexto, como parte de uma constelação de atores e de relações de força onde as fronteiras entre colonizador e colonizado, formal e informal, centro e periferia são mais porosas do que as categorias clássicas deixam entrever.

Por fim, as implicações deste quadro vão para além da história regional. Pensar o império português no Sudeste Asiático como império informal e juridicamente plural abre caminho para uma história global dos impérios que se centre menos nas capitais e mais nos “laboratórios” periféricos onde se testaram, quotidianamente, formas de governo, de pertença e de identidade que continuam a marcar os Estados e Timor-Leste pós-coloniais. Em Timor-Leste, por exemplo, a longluso-timorense de uma cultura lusotimorense – católica, crioula, politicamente desconfiada de qualquer centro distante – ajuda a compreender tanto a persistência de certas referências “portuguesas” como a força das reivindicações de autonomia e de autodeterminação. É nesse cruzamento entre história imperial e história das identidades locais que reside, talvez, a principal fecundidade deste campo de estudo: mostrar que os “filhos da terra”, longe de serem apenas produtos marginais de uma aventura ultramarina, foram atores centrais na invenção e na desinvenção do próprio império.

Fontes e bibliografia

Fontes

Jourdain, John. (1905). *The Journal of John Jourdain, 1608-1617* (ed. William Foster). Cambridge: Hakluyt Society.

Manrique, Sebastião. (1649). *Itinerario de las misiones del India Oriental*. Roma.

Bibliografia

Andaya, Leonard Y. (2010). The ‘informal Portuguese empire’ and the *Topasses* in the Solor archipelago and Timor in the seventeenth and eighteenth centuries. *Journal of Southeast Asian Studies*, 41(3), 391-420.

Boxer, Charles R. (1961). Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667. *Journal of Southeast Asian History*, 2(1), 61-67.

Boxer, Charles R. (1965). *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*. Londres: Hutchinson.

Boxer, Charles R. (1969). *The Portuguese Seaborne Empire*. London: Hutchinson.

Boxer, Charles Ralph. (1947). *The Topasses of Timor*. Amsterdam: Indisch Instituut te Amsterdam.

Boxer, Charles Ralph. (2002). *“Soldados, colonos e vagabundos”. Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Disney, Anthony. (2005). The Portuguese Empire in India, c. 1550-1650: Some Suggestions for a Less Seaborne, More Landbound Approach. *Journal of Portuguese History*, 3(2).
- Gallagher, John, & Robinson, Ronald. (1953). The Imperialism of Free Trade. *Economic History Review*, 6(1): 1-15.
- Gunn, Geoffrey C. (1999). *Timor Loro Sae: 500 Years*. Macau: Livros do Oriente.
- Hägerdal, Hans. (2012). *Lords of the Land, Lords of the Sea: Conflict and Adaptation in Early Colonial Timor, 1600-1800*. Leiden: KITLV Press.
- Hespanha, António Manuel. (1994). *Vísperas del Leviatán*. Madrid: Taurus.
- Hespanha, António Manuel. (2019). *Filhos da Terra. Identidades Mestiças nos Confins da Expansão Portuguesa*. Lisboa : Tinta da China.
- Lombard, Denys. (1990). *Le Carrefour Javanais: Essai d'histoire globale*, 3 vols. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Matos, Artur Teodoro de. (1974). *Timor Português, 1515-1769: Contribuição para a sua história*. Lisboa: Instituto Histórico Infante D. Henrique.
- Mcpherson, Kenneth. (2005). A Secret People of South Asia: The Origins, Evolution and Role of the Luso-Asian Communities in the Indian Ocean Region. *Revista de Cultura, Edição Internacional (Macau)*, 13/14, 64-83.
- Meilink-Roelofs, Marie A.P. (1962). *Asian trade and European influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*. Haia: Martinus Nijhoff.
- Reid, Anthony. (1993). *Southeast Asia in the Age of Commerce, 1450-1680, Vol. 2: Expansion and Crisis*. New Haven: Yale University Press.
- Robinson, Ronald. (1972). "Non-European Foundations of European Imperialism: Sketch for a Theory of Collaboration", in Roger Owen & Bob Sutcliffe (eds.), *Studies in the Theory of Imperialism* (pp. 117-142). Londres: Longman.
- Subrahmanyam, Sanjay. (1993). *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*. Londres: Longman.
- Subrahmanyam, Sanjay. (1995). *"O mundo dos casados". Império Asiático Português 1500-1700*. Lisboa: Difel.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. (1994a). *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel.
- Thomaz, Luís Filipe F. R. (1994b). *De Malaca a Timor: O Estado Português da Índia e o Sudeste Asiático*. Lisboa: CNCDP.

Recebido para publicação: 14 de novembro de 2025
 Aceite após revisão: 11 de dezembro de 2025

Received for publication: 14 November 2025
 Accepted in revised form: 11 December 2025